



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**PERCEPÇÕES DOS GESTORES PERANTE A
IMPLANTAÇÃO DO ENSINO POLITÉCNICO EM UMA
INSTITUIÇÃO DA REDE ESTADUAL DE PALMEIRA
DAS MISSÕES, RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Chantele Santos Johan

**Sarandi, RS, Brasil
2015**

**PERCEPÇÕES DOS GESTORES PERANTE A
IMPLANTAÇÃO DO ENSINO POLITÉCNICO EM UMA
INSTITUIÇÃO DA REDE ESTADUAL DE PALMEIRA DAS
MISSÕES, RS**

por

Chantele Santos Johan

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Profa. Dra. Cristiane Ludwig Araújo

Sarandi, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PERCEPÇÕES DOS GESTORES PERANTE A IMPLANTAÇÃO DO
ENSINO POLITÉCNICO EM UMA INSTITUIÇÃO DA REDE
ESTADUAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES, RS**

elaborada por
Chantele Santos Johan

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Cristiane Ludwig Araújo, Dra.
(Presidente/Orientador)

Bruna Dalcin Gattiboni, Especialista. (UFSM)

Fabiana Regina da Silva, MS. (UFSM)

Sarandi, 27 de novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus pela sabedoria e luz que me enviou nos momentos em que mais precisei.

Minha família, mãe, pai, Jonas, obrigado pelo estímulo e paciência que dedicaram a mim nesta caminhada da pós-graduação, principalmente nos momentos finais da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Tia Mara, obrigado pelo tempo disponibilizado na impressão de tantos artigos que auxiliaram na minha pesquisa, obrigado pelo incentivo.

Querida tutora Adriane, obrigado pela compreensão e incentivo em todos os momentos de minha jornada. Orientadora Cristiane agradeço as gentis, rápidas e precisas orientações ao longo do trabalho de pesquisa, principalmente pelos recadinhos deliciados no final de cada email.

Agradeço também aos profissionais e alunos da escola em que atuo, os quais foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PERCEPÇÕES DOS GESTORES PERANTE A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO POLITÉCNICO EM UMA INSTITUIÇÃO DA REDE ESTADUAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES, RS

AUTORA: CHANTELE SANTOS JOHAN

ORIENTADOR: CRISTIANE LUDWIG ARAÚJO

Data e Local da Defesa: Sarandi/RS, 27 de novembro de 2015.

Este trabalho de pesquisa tem a finalidade de analisar como ocorreu a implantação do Ensino Médio Politécnico em uma escola da rede estadual do município de Palmeira das Missões/RS. Trata-se de um estudo de caso de cunho qualitativo, analisando e interpretando como os gestores da escola, representada nessa pesquisa na figura da coordenação pedagógica e os professores, percebem os limites e as possibilidades na implantação da proposta do ensino politécnico, além do modo como os estudantes o percebem. Para isso, trata-se de apresentar a relação entre educação e trabalho, envolvendo o Ensino Médio Politécnico e suas perspectivas teóricas para a reconfiguração da identidade do Ensino Médio. Como forma de contemplar o objetivo proposto nesta pesquisa, buscou-se referendar autores como Almeida (2013), Moreira (2011), Ferreira (2004), Santos (2013), Saviani (2003), bem como outros autores que abordam a temática desse trabalho. Como resultados, destaca-se que foram diversas as dificuldades enfrentadas pela instituição para a implantação desta modalidade de ensino, principalmente em relação à carga horária dos docentes, estrutura da instituição de ensino e metodologia avaliativa. No entanto, mesmo com tamanhas adversidades, a escola e seus gestores buscam desenvolver um trabalho de qualidade, baseado na gestão democrática, visando a qualidade do ensino público. Tomando como referência os resultados alcançados, depreende-se que o que está em questão, portanto, não é a proposta em si do Ensino Politécnico, mas as condições de sua implantação.

Palavras-chave: Ensino Médio Politécnico. Educação. Gestão democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PERCEPÇÕES DOS GESTORES PERANTE A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO POLITÉCNICO EM UMA INSTITUIÇÃO DA REDE ESTADUAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES, RS

(PERCEPTIONS OF MANAGERS WITH THE IMPLEMENTATION OF
POLYTECHNIC EDUCATION IN AN INSTITUTION OF THE STATE OF PALM OF
MISSIONS, RS)

AUTHOR: CHANTELE SANTOS JOHAN

ADVISER: CRISTIANE LUDWIG ARAÚJO

Data e Local da Defesa: Sarandi/RS, 27 de novembro de 2015.

This research aims to analyze how was the implementation of the Polytechnic School in a state school in the city of Palmeira das Missões / RS. It is a case study of qualitative approach, analyzing and interpreting as school managers, represented in this survey in the figure of coordinating education and teachers, realize the limits and possibilities in implementing the polytechnic proposal, along the way how students perceive. For this, it is to present the relationship between education and work, involving the Polytechnic High School and their theoretical perspectives to the reconfiguration of the identity of high school. In order to contemplate the objective proposed in this study, we sought to endorse authors such as Almeida (2013), Moreira (2011), Ferreira (2004), Santos (2013), Saviani (2003), as well as other authors that address the theme of this work. As a result, it is emphasized that there were lots of the difficulties faced by the institution to implement this type of education, especially in relation to the workload of teachers, educational institution structure and evaluative methodology. However, even with such great adversity, the school and its managers seek to develop quality work, based on democratic management to the quality of public education. By reference to the results obtained, it appears that what is at issue, therefore, is not the proposal itself of Further education, but the conditions of its implementation.

Key-words: Polytechnic High School. Education. Democratic management.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 07 |
| CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO E TRABALHO: A IDENTIDADE DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO | 10 |
| 1.1 O Ensino Médio Politécnico | 10 |
| 1.2 O Projeto Político Pedagógico (PPP) | 16 |
| 1.3 Gestão democrática | 21 |
| CAPÍTULO 2 - CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO | 25 |
| 2.1 Natureza e abordagem da pesquisa | 25 |
| 2.2 Contexto, fontes e instrumentos de coleta de dados | 25 |
| 2.2.1 Contexto da pesquisa | 26 |
| 2.2.2 Fontes | 27 |
| 2.2.3 Instrumento de Pesquisa | 27 |
| CAPÍTULO 3 - A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: LIMITES E POSSIBILIDADES | 29 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS | 41 |
| ANEXOS | 45 |
| ANEXO A – ENTREVISTA AO COORDENADOR PEDAGÓGICO | 46 |
| ANEXO B – ENTREVISTA AOS DOCENTES | 47 |
| ANEXO C – ENTREVISTA AOS DISCENTES | 48 |

INTRODUÇÃO

Toda a escola possui um grupo significativo de profissionais como docentes, discentes, coordenadores, diretores, funcionários e comunidade. Todos eles possuem em comum, objetivos e metas em prol da educação. Estas ações, bem como os meios para torná-las reais, é o que dá forma e vida ao Projeto Político Pedagógico. Com a vinda da perspectiva da gestão democrática, a elaboração desse documento se configura como uma construção coletiva, em que toda comunidade escolar é convidada a participar da dinâmica que engloba o cotidiano da escola. Nesse sentido, Veiga (2002, p.13) nos informa que o

projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É Político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Seu objetivo principal é orientar a comunidade escolar que a instituição de ensino deve seguir. Para isto, há de ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos e da própria sociedade, a qual não é engessada, mas sim dinâmica em sua relação com a comunidade escolar.

A reestruturação curricular do Ensino Médio foi implantada após debate com parte da comunidade escolar, culminando com a Conferência Estadual do Ensino Médio e da Educação Profissional, em dezembro de 2011. Tendo em vista a baixa qualidade de ensino no Brasil e a necessidade de propostas que venham mudar este quadro, a partir das realidades estaduais, especialmente, por serem os Estados os responsáveis primeiros por este nível de ensino, o governo do estado do Rio Grande do Sul elaborou o Ensino Médio Politécnico com o intuito de aumentar a qualidade do ensino dos gaúchos. Deste modo, as escolas estão se adaptando a esta nova modalidade de ensino, alterando seu Projeto Político Pedagógico, preparando seu quadro de profissionais docentes, inserindo os alunos à proposta de

educação, buscando o aperfeiçoamento e a abrangência no processo de ensino aprendizagem.

Portanto, o presente trabalho tem por finalidade analisar e interpretar como os gestores da escola e seus professores estão se adequando a proposta do Ensino Médio Politécnico, além do modo como os estudantes o percebem.

Para a realização do presente trabalho de pesquisa, além de realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, também foi efetuado um estudo de caso com os gestores da escola, sendo eles a coordenação pedagógica, professores e alunos atuantes no Ensino Médio Politécnico. Como afirma Alves-Mazzotti (2006), este tipo de estudo é focado em um caso específico, no qual não serão estudados apenas documentos, mas também os sujeitos envolvidos na investigação e as influências internas e externas neste processo.

Para Gadotti (1994), todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Neste sentido, buscou-se interpretar a visão da equipe pedagógica (coordenação pedagógica, professores) e dos alunos acerca do Projeto Político Pedagógico da escola e o desenvolvimento do Ensino Médio Politécnico na mesma.

Daí o foco em analisar, no referencial teórico, o Projeto Político Pedagógico da escola, enfatizando o ensino politécnico. Sobre o mesmo, além do estudo bibliográfico realizado para compreender sua proposta, buscou-se, através de entrevistas semiestruturadas aos gestores da escola, no caso em estudo, a coordenação pedagógica, questionar sobre as dificuldades enfrentadas pela escola para a adequação à modalidade de ensino do politécnico.

Partindo das dificuldades encontradas pela escola, considerando a visão da coordenação pedagógica, investigaram-se as dificuldades enfrentadas pelos principais agentes transformadores da sociedade: os professores e os alunos do ensino médio. Utilizando também entrevistas semiestruturadas, questionamos qual a opinião sobre o ensino politécnico, bem como a percepção enquanto discentes.

Após o levantamento de dados de todas as entrevistas, com a coordenação, os professores e os alunos, o material obtido foi submetido a análises, a fim de verificar se há grandes discrepâncias ou semelhanças entre as opiniões em relação ao ensino politécnico e a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Para tanto,

pautou-se no estudo comparativo acerca da visão dos alunos e professores em relação à opinião pela coordenação pedagógica da escola.

Esta pesquisa encontra-se organizada em três capítulos. O primeiro deles, intitulado “Educação E Trabalho: A Identidade Do Ensino Médio Politécnico” abordou a relação entre educação e trabalho, envolvendo o Ensino Médio Politécnico e suas perspectivas teóricas para a reconfiguração da identidade do Ensino Médio. Sendo dividido em subtítulos, inicialmente tratou de um breve histórico da educação profissional brasileira, dos objetivos e finalidades do Ensino Médio Politécnico, seguido por reflexões referentes ao Projeto Político Pedagógico e, por fim, uma contextualização da pesquisa com a gestão democrática. No segundo capítulo retratou-se o caminho metodológico percorrido, objetivando descrever a metodologia utilizada para o estudo de caso relacionado ao trabalho monográfico. O terceiro capítulo, intitulado “A Implementação do Ensino Médio Politécnico: Limites e Possibilidades” foi dedicado a análise e reflexões das informações coletadas na escola, expondo os resultados das entrevistas realizadas para o coordenador pedagógico, docentes e discentes da instituição de ensino que atuavam no Ensino Politécnico, mostrando as suas percepções em relação a esta modalidade educacional.

Dessa maneira, pretendeu-se relacionar a gestão democrática, a proposta do Novo Ensino Médio e a prática realizada na escola, verificando as interferências desses itens na questão do ensino-aprendizagem dos alunos, bem como na vida profissional dos docentes atuantes na instituição de ensino.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO E TRABALHO: A IDENTIDADE DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

Neste primeiro capítulo a pesquisa abordou a relação entre educação e trabalho, envolvendo o Ensino Médio Politécnico e suas perspectivas teóricas para a reconfiguração da identidade do Ensino Médio. Sendo dividido em subtítulos, inicialmente tratou de um breve histórico da educação profissional brasileira, dos objetivos e finalidades do Ensino Médio Politécnico, seguido por reflexões referentes ao Projeto Político Pedagógico e, por fim, uma contextualização da pesquisa com a gestão democrática.

1.1 O Ensino Médio Politécnico

Quando se discute sobre educação no Brasil, diversos elementos devem ser considerados, visto tratar-se de um país com diferentes situações econômicas, sociais e culturais.

Durante a Primeira República (1889-1929), a educação profissional ganhou nova configuração sem, contudo, perder o caráter assistencialista (WERMELINGER, 2007, p. 213). Até a década de 30, predominava no Brasil um ensino voltado para a elite, não obtendo sucesso as tentativas de um ensino profissionalizador e obrigatório, visto que em uma economia basicamente agroexportadora, a população trabalhadora com baixo nível de escolaridade era suficiente. Nesta mesma década foi lançado um projeto industrial no país, onde a educação profissional sofreu significativas mudanças, aumentando a demanda por profissionais especializados e de quadros técnicos intermediários.

Na década de 40, no plano das reformas educacionais, houve a adesão dos industriais para a manutenção de cursos profissionais para os operários, além disso, foi criado o Serviço Nacional da Aprendizagem (SENAI) e promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Foi também oferecido as classes menos favorecidas um ensino profissionalizante, com grande adesão, mantendo o ensino colegial.

Na década de 50 ocorreram ajustes e reformulações na estrutura educacional¹, sendo promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024, onde muitas das inovações nela constantes já haviam sido incorporadas ao cotidiano educacional.

Praticamente na metade da década de 60 acentuaram-se as iniciativas no campo da educação profissionalizante², ou seja, a profissionalização do segundo grau. “O desenvolvimento industrial do país e a necessidade de formar especialistas e técnicos de diversos níveis para atender à demanda imprimiram uma nova perspectiva para a formação profissional” (WERMELINGER, 2007, p. 216).

Foi na década de 70 a consolidação da escola pública no Brasil, além de sua universalização e expansão, de acordo com as demandas da sociedade.

A década de 80 foi marcada pelos movimentos sociais, fim do regime militar e a redemocratização do país. Lunes & Leite (2012) citam que nesta época, a valorização profissional, a implantação da gestão democrática e a qualidade do ensino eram temas que compunham a pauta de luta dos educadores nos diferentes níveis de ensino.

Com relação aos rumos da educação profissional, no Brasil o movimento educacional mais recente tem sido no sentido de uma educação complementar ao ensino médio. A partir da Constituição Federal de 1988 ocorreu a obrigatoriedade de ofertar o ensino médio a toda população brasileira. Para Kuenzer (2010), “universalizar o ensino médio com qualidade social pressupõe ações que visem à inclusão de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho, promovendo igualdade de direitos e o

¹ Durante a década de 1950, com o processo de modernização que ocorria no Brasil, com uma crescente urbanização e industrialização, ampliava-se também a demanda pela educação como um todo, inclusive para jovens e adultos (BELLUZO & TONIOSSO, 2015).

² Um projeto do governo militar brasileiro, conhecido como Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado para a alfabetização funcional de jovens e adultos, que abandonaram a escola, visando conduzir a pessoa a adquirir a leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida na sociedade (RYBCZYNSKI, 2014).

desenvolvimento da gestão democrática”. “O ensino politécnico, embora não profissionalize, deve estar enraizado no mundo do trabalho e das relações sociais, tendo em vista a compreensão e a transformação da realidade” (ALMEIDA, 2013).

A luta pela implantação da gestão democrática do ensino avançou na década de 90, incorporando a participação e a autonomia pedagógica e financeira como instrumentos fundamentais para uma boa prática educativa.

Vale ressaltar que hoje, no Brasil, apesar de existirem escolas técnicas que buscam formar profissionais capazes de compreender e de enfrentar as mudanças presentes e futuras, persiste um ensino de concepção taylorista, que objetiva atender as necessidades pontuais e imediatas do mundo do trabalho (WERMELINGER, 2007, p. 219). As escolas têm oferecido a educação profissional e o ensino médio, de forma integradas, utilizando a mesma infraestrutura, no mesmo turno/escola com os mesmos professores.

Durante anos, o objetivo principal do ensino médio foi apenas preparar o educando para o ingresso no ensino superior, visão esta que está sendo ampliada, pois o ensino médio também tem priorizado preparar o aluno para o mercado de trabalho. Desta forma, segundo Wermelinger (2007), ainda na década de 70, foi sancionada a Lei nº 5.691, permitindo um intenso processo de qualificação para o trabalho, fornecendo ao aluno condições para desenvolver suas habilidades.

Observando esta realidade complexa, infere Wermelinger (2007) a necessidade de reflexão sobre uma proposta pedagógica que contenha, em seus pressupostos teóricos, elementos que atendam as condições dessa mesma realidade. Neste sentido, a politecnia surge para englobar os conteúdos, buscando uma metodologia única e dialética de ensino. A educação politécnica permite uma formação multidisciplinar, expondo o educando a funções diversificadas, não o delimitando a tarefas específicas.

Na abordagem marxista, o conceito de politecnia implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, buscando superar a dicotomia entre instrução intelectual e trabalho produtivo (SAVIANI, 2003). Desta forma o currículo, além da origem etimológica - *curriculum* é uma palavra latina que designa caminho, ou caminho a percorrer -, é fundamental para a organização da aprendizagem, pois

busca englobar todas as maneiras de conhecimento produzidas pela atividade humana.

O currículo básico é composto pelo domínio da linguagem, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais, deste modo, o princípio que orienta, que fundamenta este processo é o trabalho. Infere-se que o currículo escolar é guiado pelo princípio do trabalho, no qual o homem transforma a natureza, não isoladamente, mas relacionando-se entre si, base esta do currículo da escola.

Conforme ressalta Saviani (2003, p. 4):

Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Supõe-se que, dominando isto o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter e da sua essência.

Partindo do pressuposto que o ensino politécnico visa aperfeiçoar o conhecimento no discente, preparando-o tanto para o trabalho, quanto aumentando e melhorando sua aprendizagem intelectual, a partir do segundo semestre do ano de 2011, houve grande divulgação dos meios de comunicação a respeito das mudanças educacionais no ensino médio do Rio Grande do Sul. Visto o alto índice de abandono escolar no estado, cerca de 13,8% no ensino médio, conforme relata Araujo (2014), além do alto nível de reprovação, distorção de idade e série, a proposta pioneira do ensino politécnico foi implantada no Rio Grande do Sul no ano de 2012.

Para Hypolito (2011), a precarização do trabalho docente estava muito associada com as formas de intensificação do trabalho, estando diretamente relacionada com o tempo, o ritmo e a carga de trabalho. Grande parte dos docentes sofreram com dúvidas e preocupações referentes às novas demandas, tais como a pesquisa extra classe e a disponibilidade de horário para atender aos discentes em suas pesquisas, que seriam exigidas em seu ambiente de trabalho com a implantação desta nova modalidade do ensino médio, o politécnico.

No contexto educativo atual, conforme Moreira (2011), as palavras de ordem para a politecnia são ensino centrado no aluno, aprendizagem significativa e

construtivismo, neste sentido, uma readequação do currículo escolar foi necessária para abranger tais objetivos.

As orientações e diretrizes do Ensino Médio Politécnico foram produzidas pela SEDUC-RS em um documento base intitulado 'Proposta pedagógica para o ensino politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio 2011-2014', visando contextualizar a educação do século atual. Este documento contém 23 artigos relacionados à organização curricular, as formas de oferta de ensino, ao projeto pedagógico das escolas e aos sistemas de ensino, substituindo as diretrizes em vigor desde 1998.

Em janeiro de 2012 os grupos de gestores das escolas foram chamados para uma formação na capital do estado, onde as novas diretrizes do Ensino Médio Politécnico foram explanadas, pautando-se no trabalho como princípio educativo, onde o caráter formativo do trabalho e da educação são afirmados como ação humanizadora, potencializando o desenvolvimento do ser humano e na pesquisa como princípio pedagógico, onde o professor atue como orientador, incentivando o aluno ao questionamento, preocupado com o desenvolvimento intelectual do discente e não em vencer conteúdos para cumprir documentos, desaparecendo assim as noções de competências e habilidades, ficando o currículo organizado por áreas do conhecimento.

Muitas equipes gestoras das escolas promoveram alguns debates com as suas comunidades escolares, devido à escassez de tempo houve muitas dúvidas e incertezas, tais como, a reação dos alunos, o tempo de preparo do profissional docente, e principalmente, a maneira de avaliação. Mesmo havendo protestos contra a proposta, esta passou por todas as etapas e foi implantada. Não houve tempo de preparo e esclarecimentos suficientes à comunidade escolar.

Assim, o currículo do ensino médio apresentou uma carga horária diferenciada para cada ano, priorizando inicialmente os componentes curriculares que visavam à formação geral e posteriormente a parte diversificada, a qual considera as experiências e vivências do educando. Toda estrutura foi pensada sobre projetos de pesquisa, os quais são aprofundados conforme o desenvolvimento do aluno, tomando forma mais complexa, consistente e abrangente, permitindo uma flexibilização do currículo.

Além de alterações na grade curricular do ensino médio, buscando relacionar cultura e trabalho, ciência e tecnologia, a SEDUC criou diretrizes para instituir o seminário integrado nas escolas estaduais, sendo um espaço destinado a pesquisas coletivas dos alunos a respeito dos temas de maior interesse. Deste modo, a interdisciplinaridade foi considerada um meio eficaz e eficiente, de articulação entre o estudo da realidade e a produção de conhecimento com vistas à transformação do ensino (MAIA & TOMAZETTI, 2014).

Pode-se citar como objetivo principal do seminário integrado o enfoque crítico investigativo, assegurando o processo de ensino e aprendizagem contextualizado e interdisciplinar. Através da pesquisa o aluno desenvolve sua capacidade de reflexão, criticidade e autonomia visto que poderá formular textos próprios. Caberá ao professor acompanhar o aluno no desenvolvimento de seu projeto de pesquisa, incentivando-o e estando associado a um olhar crítico e a uma perspectiva interdisciplinar. No entanto, a carga horária disponível dos professores envolvidos neste processo é uma das principais dificuldades, visto que a coordenação dos trabalhos é de responsabilidade coletiva dos docentes e coordenadores da escola, não apenas de um professor.

Inferese que o Ensino Médio Politécnico é um novo paradigma que exigiu uma gestão democrática dentro da instituição escolar, como ressalta Ferreira (2004), gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades.

As mudanças que ocorreram na gestão escolar estão vinculadas à política mais ampla dos municípios, consolidando a autonomia cada vez maior da instituição escolar, no entanto, não existe instituição democrática sem práticas e comportamentos democráticos. Conforme Krawczyk (1999), uma gestão pedagógica com ampla margem de autonomia, mas sem uma articulação clara com um projeto político educativo para todo o sistema, pode deixar espaços institucionais desamparados e comportamentos não previstos de atuação da comunidade.

O Ensino Médio Politécnico, para que seja executado com clareza e conclua seus objetivos, necessita do docente crítico, pesquisador, que mesmo sofrendo com as pressões políticas governamentais, precarização salarial e dificuldade com material de apoio, reflita sobre a principal recompensa em ser professor, sendo

aquele que participa na formação de seres pensantes e críticos, os quais poderão transformar a sociedade. Apenas seres que pensam podem transformar a humanidade.

Como ressalta Santos (2013), a gestão democrática não se constrói sem planejamento participativo e o gestor tem que estar ciente de que ele sozinho não consegue administrar todos os problemas, necessitando compartilhar as responsabilidades com os demais segmentos da escola. Neste sentido, a gestão educacional deve atuar com coerência e responsabilidade, buscando a qualidade de ensino para seus alunos, tendo em vista a atualização do contexto apresentado pelo ensino médio nas instituições escolares do Rio Grande do Sul, permitindo o diálogo e a troca de conhecimento como a verdadeira forma de comunicação humana, superando o autoritarismo que permeia as relações sociais e as práticas educativas.

Sendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) um documento importante e fundamental para o desenvolvimento das atividades dentro do ambiente escolar, este deve ser elaborado contando com a participação de todos os segmentos da escola, pois conforme Santos (2013), os diferentes segmentos envolvidos nesse processo de criação, juntos, perceberão com mais facilidade as transformações políticas, econômicas e sócio culturais que estão ao seu entorno e saberão apontar, com mais facilidade, as suas principais necessidades. Deste modo, a gestão escolar e o PPP estão diretamente interligados.

1.2 O Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Projeto Político Pedagógico da escola faz parte do seu planejamento, sendo um processo permanente que envolve uma avaliação constante e coletiva, priorizando o completo aprendizado de seus discentes. Conforme cita Gadotti (2000), o planejamento na escola é um processo permanente que implica ainda a avaliação constante de seu desenvolvimento.

A escola compreendia o PPP como um documento que norteava as ações pedagógicas, administrativas e financeiras da instituição, construído coletivamente pela comunidade escolar, atendendo a legislação vigente, princípios educativos e suas necessidades. Observou-se no documento a descrição de que todas as atividades previstas são constantemente avaliadas, por meio de reuniões envolvendo os professores, em determinado momento do ano letivo, envolvendo toda a comunidade escolar, indo ao encontro das reflexões de Veiga (2002), onde se deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas escolares.

Neste sentido, o PPP foi o ponto de partida, a expressão de uma prática educacional que deveria ser desenvolvida e vivenciada por todos os que fazem parte do processo educativo, constituindo-se de um processo de reflexão conjunta de investigação-ação, que se concluirá em um documento de ação para todos na escola.

A escola estadual participante da pesquisa contava com 52 professores e 810 alunos nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Curso Normal modalidade Magistério e Ensino Médio Politécnico, o qual foi implantado no ano de 2012 e atualmente conta com 134 alunos. A inauguração da escola foi um marco histórico para o município de Palmeira das Missões e região, com seu curso de formação de professores.

A proposta pedagógica da escola é desenvolver uma ação educativa comprometida com o processo de construção dos conhecimentos, possibilitando a promoção da cidadania e a vivência de valores humanos e sociais, visando à construção individual e coletiva de uma prática que inspire e conduza o homem crítico e criativo para que possa assumir sua condição de sujeito histórico, reconhecendo seu espaço social para a participação política e humanizadora da sociedade. Tal proposta é baseada nos estudos e pesquisas de Wallon, Vygotsky, Piaget e Paulo Freire. Além disso, a escola reconhece que vários fatores interferem na aprendizagem, tanto afetivos, cognitivos, sociais e a partir desta perspectiva, propõe desenvolver uma prática pedagógica que respeite o ritmo e característica de cada aluno, reconhecendo que a educação neste contexto constitui-se num espaço social, envolvendo uma complexa trama de relações, na qual todos têm papéis a assumir. O processo avaliativo é baseado nas reflexões de Vasconcellos, Luckesi,

Hoffman e Demo, entre outros teóricos que concebem a avaliação como parte integrante do processo de ensino aprendizagem, sendo um processo sistemático, envolvendo objetivos claros e previamente planejados e verificados continuamente.

O compromisso que a escola assume com o PPP exige reflexão constante sobre as experiências desenvolvidas no interior da instituição, por meio de um processo avaliativo, envolvendo um trabalho coletivo entre escola e comunidade. Neste contexto, a gestão democrática, contribui para que a escola enquanto grupo, procure encontrar soluções e possibilidades de intervenção na busca da realização das metas previstas. É por meio de troca de experiências, estudos coletivos, e convivências cooperativas que se assume o compromisso educativo. O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 2002).

É descrito no PPP que a sua revisão, avaliação e consequente reestruturação é realizada anualmente contando com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. O documento referente ao ano de 2010, o qual se teve acesso, foi reestruturado a partir de pesquisa envolvendo coleta de dados realizados junto aos pais e alunos do educandário. Os objetivos do mesmo estavam em acordo com a realidade apresentada pela escola e comunidade, priorizando o ensino aprendizagem. No entanto, alterações significativas como a implantação da sala de recursos e do ensino politécnico foram realizadas na escola e ainda não constavam no PPP.

O Regimento Escolar foi o documento mais atualizado em relação ao Ensino Médio Politécnico, abordando toda a sua regulamentação. Gadotti (2000), afirma que o Projeto Político Pedagógico da escola deve oferecer elementos para a elaboração do Regimento Escolar. Este por sua vez, disporá sobre todas as decisões dos segmentos escolares em relação às diferentes atribuições e competências.

O item do Regimento que trata da Concepção de Conhecimento e de Currículo traz a compreensão do conhecimento pelo Ensino Médio Politécnico como um processo humano e dinâmico, permanente na busca de compreensão, de organização e de transformação do mundo vivido, pois quem conhece pode estabelecer relações, tirar conclusões, fazer novas inferências, agregando novas informações, reformulando significados, imprimindo uma identidade individual a escola e aos que dela participam.

Relacionado à metodologia do Ensino Médio Politécnico, a escola deve considerar a prática social e a teoria, contribuindo para uma ação transformadora da realidade, considerando que para isso a metodologia deve integrar a interdisciplinaridade, a pesquisa pedagogicamente estruturada e o trabalho como princípio educativo.

A avaliação emancipatória possibilita a construção individual e coletiva, de forma diferente, diagnosticando avanços e dificuldades, para intervir, agir, problematizar e redefinir rumos a serem percorridos. A avaliação nesse formato torna a escola mais flexível, investindo na superação da classificação e da exclusão, na medida em que esse tipo de avaliação busca visualizar cada sujeito em suas peculiaridades no processo de aprendizagem.

A expressão dos resultados da avaliação do aluno ocorre a partir de conceitos, que são decorrentes de consensos construídos pelos professores nas reuniões de Conselho de Classe, pela análise do desenvolvimento da aprendizagem do aluno, ocorrendo em três momentos: durante o período letivo, ao término de cada trimestre e ao final do ano letivo. Os conceitos avaliativos são:

A Construção Satisfatório de Aprendizagem (CSA) que expressa a construção de conceitos necessários para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, embasados na apropriação dos princípios básicos das áreas do conhecimento, desenvolvidos na formação geral e na parte diversificada ambas relacionadas no Plano de Trabalho do Professor. Este conceito ao final do período letivo resulta na aprovação do aluno.

A Construção Parcial na Aprendizagem (CPA) que expressa construção parcial dos conceitos necessários para a construção das aprendizagens, correspondentes ao ano de escolarização, embasados na apropriação dos princípios

básicos nas áreas do conhecimento, desenvolvidos na formação geral e na parte diversificada. Durante o período letivo este conceito encaminha os alunos às atividades de Plano Pedagógico Didático de Apoio. Ao final do período letivo o aluno que recebe como resultado final o conceito CPA em uma área de conhecimento está aprovado, devendo realizar o PPDA.

A Construção Restrita de Aprendizagem (CRA), expressa a restrição circunstancial, na construção de conceitos para o desenvolvimento dos processos da aprendizagem, embasados na apropriação dos princípios básicos desenvolvidos na formação geral/áreas de conhecimento e na parte diversificada relacionadas no Plano de Trabalho do Professor. No decorrer do ano letivo o aluno deve ser submetido a atividades constantes no Plano pedagógico Didático de Apoio. No final do ano, se este conceito for atribuído ao aluno em mais de uma área do conhecimento, determina retenção, e o aluno está reprovado.

Os Estudos de Recuperação, basicamente se caracterizavam pelo Plano Pedagógico Didático de Apoio – PPDA que é um conjunto de atividades pedagógicas específicas para o aluno, planejadas, executadas e acompanhadas pelos professores tendo por objetivo a superação das dificuldades constatadas e registradas no Parecer Descritivo, por ocasião do Conselho de Classe.

Considerando as leituras, estudos e reflexões tem-se presente que repensar e reorganizar o Projeto Político Pedagógico implica a construção, argumentação e elaboração de propostas organizadas de forma coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar, por meio de um processo reflexivo e dinâmico, estabelecendo um consenso sobre a educação que a escola oferece.

Vale ressaltar a importância da atualização do PPP em prol da organização escolar, sendo o principal objetivo deste documento, atuar como norteador das metas e parâmetros a serem desenvolvidos na escola.

Veiga (2002) ainda enfatiza que é preciso entender o Projeto Político Pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano, requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório, permitindo a participação de toda a comunidade escolar em sua elaboração.

Sendo assim, a organização coletiva do Projeto Político Pedagógico na instituição de ensino permite uma ampla participação de todos os segmentos escolares, onde cada interessado pode explicar sua opinião em prol da melhoria na qualidade de ensino, perfazendo assim uma gestão democrática no ensino.

1.3 Gestão democrática

A escola é responsável pela formação de cidadãos e diversas escolas confirmam o fato de que precisam possuir gestores responsáveis para alcançar seus objetivos, pois conforme Gadotti (2000), a gestão democrática da escola é uma exigência de seu Projeto Político-Pedagógico.

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 2002).

Libâneo (2007), afirma que uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico didáticas para o bom desempenho de professores e alunos em sala de aula, de modo a se obter sucesso na aprendizagem. No entanto, algumas concepções consideram esta forma organizacional muito capitalista, outras consideram a escola muito mais um ambiente para socialização do que realmente um local para ensino aprendizagem.

Cabe ressaltar que 'organização e gestão escolar' não possui emprego unânime no Brasil, diversos autores possuem diferentes visões sobre o assunto. Nas primeiras décadas do século XX a questão de planejamento, organização e gestão escolar estiveram vinculadas a administração escolar. Com o decorrer dos anos foi sendo incorporado o termo gestão, por ser considerado mais amplo e ainda outros termos foram inseridos no sistema.

Para reflexão, a base será o termo organização e gestão, onde organização é considerada e compreendida como unidade social que reúne pessoas que interagem

entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, para se alcançar os objetivos da instituição e gestão, o processo de tomada de decisões e a direção e controle dessas decisões (LIBÂNEO, 2007).

Inicialmente a gestão educacional era baseada em um regime militar. Em seguida as teorias de ensino desenvolvidas por P. Bourdieu, J.C. Passeron, L. Althousser, pela Escola de Frankfurt, ao lado de outras, internas, como a Pedagogia libertadora de Paulo Freire, a Pedagogia histórico-crítica e crítico social dos conteúdos, além de estudos esparsos de Pedagogia Libertária passaram a exercer forte impacto no meio educacional (LIBÂNEO, 2007).

Criticou-se a divisão das tarefas de escolarização entre os profissionais da educação (administrador escolar, supervisor escolar, orientador educacional e inspetor escolar), deixando aos professores as tarefas de execução do ensino, sendo tomadas três medidas:

A primeira, a eliminação na escola da divisão de tarefas que está na base da fragmentação do trabalho pedagógico (separação entre professores e gestores) e a transformação de todos os profissionais da escola em professores. A segunda, a adoção na organização curricular da formação de pedagogos do seguinte princípio: "todas as licenciaturas (Pedagogia e demais licenciaturas) deverão ter uma base comum: são todos professores; a docência constitui a base da identidade profissional de todo educador" 16. Com isso, o curso de Pedagogia passa a ter como função essencial unicamente a formação de professores. A terceira, modificação das relações de trabalho dentro da escola por meio da criação de formas democráticas de gestão escolar, permitindo a ampliação da participação da comunidade interna e externa na condução da escola (LIBÂNEO, 2007, p. 11).

Com a Constituição de 1988 o processo de redemocratização no país se consolidou, sendo a gestão compreendida como participação, instituindo-se o projeto pedagógico e a participação de professores e pais na gestão da escola, os conselhos escolares.

Em 1995 ocorreu a reforma educacional no país, com a formulação e divulgação do Plano Decenal de Educação para Todos, onde a gestão educacional ganhou evidência nos documentos das reformas educacionais como requisito para o planejamento, a organização e a mobilização das pessoas para participarem de forma competente nas ações de melhoria da qualidade de ensino.

De acordo com Libâneo (2007), existem cinco concepções de organização e gestão: a técnico-científica, a auto gestonária, a gestão colegiada, a interpretativa e a democrática-participativa.

A concepção técnico-científica (burocrática), em sua versão mais conservadora, baseava-se na hierarquia de cargos, prescrição detalhada de funções e tarefas por meio de normas e procedimentos administrativos, visando a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares.

A concepção auto gestonária se caracterizava pela ausência de direção centralizada e pela acentuação da participação direta e por igual de todos os membros de instituição. Vem daí a ênfase na auto-organização do grupo por meio de decisões coletivas nas reuniões, eleições e alternância no exercício de cargos.

A concepção da gestão colegiada baseava-se no princípio da colegialidade, ou seja, compartilhamento de objetivos e significados comuns das pessoas, por meio do diálogo e da deliberação coletiva.

A concepção interpretativa considerava como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas.

A concepção democrática-participativa defendia a explicitação de objetivos sócio políticos e pedagógicos da escola, pela equipe escolar. Baseava-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe, garantindo-se a gestão participativa mas, também, a gestão da participação.

A gestão democrática requer a participação da comunidade escolar nos processos que envolvem o desenvolvimento do ensino aprendizagem dentro do ambiente educacional. É necessário o envolvimento de todos os segmentos deste processo, tais como diretor, pais, comunidade, professores, alunos, funcionários, os quais devem buscar alcançar um objetivo comum, superando os obstáculos que aparecerão no caminho de forma democrática e com diálogo, permitindo assim, tornar realidade uma educação de qualidade.

Neste sentido, a escola deve estar aberta ao diálogo, voltada para os anseios da sociedade atual e pautada nos preceitos democráticos – descentralização, participação e transparência – em que a comunidade escolar possa construir

propostas e alternativas que fortaleçam a união em torno da gestão do ensino (LERCHE, 1990).

Levando em consideração que, para o desenvolvimento integral da prática educativa seja alcançado a partir da ação conjunta dos membros da escola, a gestão escolar participativa torna-se imprescindível.

Vale ressaltar que, a ação participativa depende de que sua prática seja realizada a partir do respeito a certos valores substanciais, como ética, solidariedade, equidade e compromisso, como assevera Luck (1998). Neste sentido, além das eleições, os conselhos escolares podem vir a servir como uma boa maneira de democratização na gestão escolar. As atribuições do Conselho Escolar dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições das comunidades local e escolar, possibilitando a implantação de uma nova cultura na instituição de ensino, descentralizando o poder.

CAPÍTULO 2

CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

O presente capítulo tem como objetivo descrever a metodologia utilizada para o estudo de caso relacionado ao trabalho monográfico. Para isso, aborda a natureza da pesquisa, além do seu contexto, fontes e instrumentos de coleta de dados.

2.1 Natureza e abordagem da pesquisa

Para Gadotti (1994), todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Neste sentido, buscou-se interpretar a visão da equipe pedagógica (coordenação pedagógica, professores) e dos alunos acerca do desenvolvimento do ensino politécnico na instituição de ensino. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em uma instituição estadual de ensino do município de Palmeira das Missões – RS, no último trimestre do ano de 2015.

Segundo Araújo et al. (2008) o estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação, utilizada na busca pela compreensão de contextos complexos, como a implantação do ensino politécnico na escola. Além disso, Yin (1994, apud ARAÚJO et al. 2008), afirma que esta abordagem se adapta à investigação em educação, quando o investigador é confrontado com situações complexas.

2. 2 Contexto, fontes e instrumentos de coleta de dados

O estudo de caso ocorreu em uma escola estadual no município de Palmeira das Missões/RS, a qual englobava diversas modalidades de ensino, como a educação infantil (pré nível A e B), ensino fundamental, Ensino Médio Politécnico e o curso de magistério, principal diferencial da instituição.

2.2.1 Contexto da pesquisa

A Escola Estadual em questão, que é peça importante para a pesquisa deste trabalho, ao longo de seus 59 anos de história, possui o Ensino Médio Politécnico a poucos quatro anos. Sua estrutura física é ampla, limpa e acessível, porém antiga e com pouca manutenção. Atualmente atende a cerca de 800 discentes, com 44 docentes, incluindo a equipe diretiva e pedagógica, além de 16 funcionários. Em relação ao Ensino Médio Politécnico, fazem parte do mesmo 134 discentes e 18 professores, os quais são orientados por uma coordenadora pedagógica, sendo estes o público alvo desta pesquisa. A maioria dos pesquisados é oriunda de famílias com boas condições socioeconômicas e com orientação cultural diversificada.

Pode-se dividir o espaço da escola em administrativo, pedagógico e de uso comum. No espaço administrativo constam salas da direção, secretaria e recepção. No espaço pedagógico há salas da coordenação, orientação, planejamento, dos professores (com banheiro) e do espaço de uso comum fazem parte as quinze salas de aula (todas com ar condicionado e quadro com giz), laboratório de informática, laboratório de Ciências, sala de artes, biblioteca, salão de atos, sala de vídeo, sala do Xerox, espaço do refeitório e da cantina. Esses ambientes estão distribuídos no prédio principal que possui três andares, com dois acessos externos e escadas para deslocamento entre os andares. Além desses já citados, há dois espaços para esportes, sendo uma quadra coberta e outra aberta e uma área de lazer para as crianças, que consiste basicamente na pracinha. Apesar do espaço amplo da escola, a área verde é reduzida, consistindo basicamente de um jardim na entrada

da escola. Isso pode estar relacionado a localização da escola que fica bem no centro do município.

2.2.2 Fontes

As fontes da pesquisa deste estudo envolveram a coordenação pedagógica, os professores e os alunos atuantes na modalidade de Ensino Médio Politécnico, sendo participantes da pesquisa 12 alunos de cada turma. O espaço determinado no ambiente escolar para a coleta dos dados foram os períodos, em sala de aula, para a pesquisadora aplicar a entrevista nas turmas. Em relação aos professores e coordenação pedagógica, foi entregue a entrevista individualmente, seguida por uma breve explicação sobre os objetivos da mesma, a qual foi recolhida posteriormente, com prazo em torno de 10 dias.

2.2.3 Instrumento de pesquisa

Primeiramente analisou-se brevemente o Projeto Político Pedagógico, enfatizando as informações referentes ao ensino politécnico.

Através de entrevistas semiestruturadas aos gestores da escola, no caso em estudo, a coordenação pedagógica do ensino politécnico, questionou-se sobre as dificuldades enfrentadas pela escola para a adequação à modalidade de ensino do politécnico.

Partindo das dificuldades encontradas pela escola, considerando a visão da coordenação pedagógica, investigaram-se as dificuldades enfrentadas pelos principais agentes transformadores da sociedade: os professores e os alunos. Utilizando também entrevistas semiestruturadas, questionou-se qual a opinião deles sobre o ensino politécnico, bem como sua percepção enquanto discentes.

As entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidas, conforme definições de Gil (2008), “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados”.

Após o levantamento de dados de todas as entrevistas, com a coordenação, os professores e os alunos, o material obtido foi analisado por meio de Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes e Galiazzi (2011 apud ARAÚJO, 2014), verificando se há grandes discrepâncias ou semelhanças entre as opiniões em relação ao ensino politécnico. A ATD é uma análise criteriosa e rigorosa das informações obtidas na pesquisa. Sua estruturação gira em torno de quatro etapas:

1ª) Desmontagem dos textos: separação de ideias expressas no material escrito que se refere ao fenômeno estudado (unitarização). Muitas vezes essas ideias precisam ser reescritas porque são tiradas de seu contexto.

2ª) Estabelecimento de relações: construção de relações entre as unidades, emergindo assim as categorias e subcategorias (categorização).

3ª) Captando o novo emergente: surgimento de uma nova compreensão do todo. As etapas anteriores quando realizadas de forma intensiva, resultam nesse novo emergente, o qual traz compreensões reveladoras.

4ª) Um processo auto-organizado: as etapas anteriores permitem a reconstrução de um novo texto, onde são expressas as novas compreensões atingidas ao longo da análise.

Ademais, foi realizado um estudo comparativo da visão dos alunos e professores em relação à opinião pela coordenação pedagógica da escola.

Levou-se em consideração o ano de atualização do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino e o seu Regimento Escolar para o desenvolvimento da metodologia e resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO 3

A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: LIMITES E POSSIBILIDADES

O último capítulo desta pesquisa expõe os resultados das entrevistas realizadas com o coordenador pedagógico, docentes e discentes da instituição de ensino que atuavam no ensino politécnico, mostrando as suas percepções em relação a esta modalidade educacional.

Em relação à entrevista com a coordenação pedagógica, a primeira questão estava relacionada ao número de alunos matriculados e participantes no Ensino Médio Politécnico e os incentivos realizados aos professores e alunos para a motivação nos Seminários Integrados. A coordenadora relatou que todos os alunos participavam do Seminário Integrado. Quando questionado sobre as alternativas de motivação aos docentes e discentes para participação nos seminários a coordenadora afirmou que primeiramente foi realizado uma reunião com os professores para motivá-los sobre a importância da pesquisa, a necessidade de cada vez mais se desenvolver um trabalho de forma interdisciplinar, a possibilidade de envolver as diversas áreas do conhecimento e a oportunidade dos alunos de escolher em temas de seu interesse. Em segundo lugar, cada professor do Seminário Integrado sensibilizou a turma através de discussões, vídeos e textos que falavam sobre a pesquisa e construção do conhecimento.

Relacionando as respostas obtidas nas próximas perguntas da entrevista, a coordenadora relatou que a carga horária semanal dos Seminários Integrados passou por uma reestruturação ao longo dos anos. Inicialmente a carga horária oferecida era de três períodos semanais para o 1º ano, seis períodos para o 2º ano e nove períodos para o 3º ano. Atualmente é oferecido quatro períodos no 1º ano, sete períodos no 2º e 3º anos, alterações estas que visam a melhoria da aprendizagem do aluno, sendo desenvolvidas ao decorrer dos anos, perfazendo a gestão democrática na escola, pois considerou as colocações e preocupações dos discentes iniciais do ensino politécnico, como afirmou a aluna A “em minha opinião

no 1º ano do seminário deveria se trabalhar mais a parte teórica de como exatamente o trabalho deve ser realizado para que o aluno esteja melhor preparado para iniciar a pesquisa e coloca-la em prática.”

A coordenadora relatou que os gestores e professores não foram capacitados para trabalhar com o Ensino Médio Politécnico. Apenas um professor de cada escola de Ensino Médio acompanhou as mudanças ocorridas através de informações repassadas pela SEDUC (Secretaria Estadual de Educação). No segundo semestre de implantação da proposta ocorreram poucos encontros de formação com os professores. Durante este tempo, as escolas tiveram que adequar seu regimento de acordo com o regimento padrão determinado pela mantedora. O que contribuiu para as discussões e aprofundamento sobre o Ensino Médio foi o Curso de Formação do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, coordenado pelas Universidades Federais, após três anos de implantação. Tal informação também foi relatada por Maia & Tomazetti (2014), que na perspectiva da falta de uma formação adicional ao professor, o Ministério da Educação lançou no ano de 2014, este programa educacional que tem como objetivo promover a formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio da rede estadual de ensino, na tentativa de fortalecer esta modalidade de ensino e melhorar os indicadores educacionais, além de proporcionar uma formação adicional aos professores e coordenadores pedagógicos.

Atualmente a Coordenação Pedagógica da escola realiza reuniões periódicas com os professores, onde leituras, discussões e atividades práticas são planejadas por área do conhecimento, estando em acordo com as ideias de Ferreira (2004), relacionando a importância da gestão democrática para impulsionar o desenvolvimento do ensino, atingindo seus objetivos e responsabilidades.

Como visto, a gestão carrega em seu âmago a perspectiva da participação coletiva e integrada da comunidade escolar, como afirma Santos (2013), a gestão democrática não se constrói sem planejamento participativo e o gestor tem que estar ciente de que ele sozinho não consegue administrar todos os problemas, necessitando compartilhar as responsabilidades com os demais segmentos da escola: alunos, pais, professores, funcionários e demais pessoas interessadas em contribuir com o processo pedagógico. Desta forma, seria interessante a escola ampliar as possibilidades de diálogos entre estes segmentos, perfazendo o

conhecimento individual e permitindo a liberdade de expressão em todas as partes, as quais poderão contribuir para a resolução de pequenos obstáculos no ambiente escolar, como a manutenção do laboratório de informática na escola, o qual, segundo fala da coordenadora pedagógica, “está sucateado”, local este que é fundamental para a pesquisa dos discentes.

Considerando o ensino politécnico uma nova metodologia educacional de ensino, alguns ajustes para a implantação dos Seminários Integrados foram necessários na escola, tais como a carga horária de professores que trabalhariam com as referidas turmas, a redução de períodos normalmente trabalhados e o espaço físico para desenvolver as pesquisas. Por meio das observações destas respostas percebeu-se que as palavras de Moreira (2011) estão em acordo com tal situação quando afirma que a politecnicidade é baseada no ensino centrado no aluno, aprendizagem significativa e construtivismo, partindo inicialmente das alterações curriculares.

A nova organização curricular objetivou preparar o jovem para o mercado de trabalho e também para a continuação dos estudos no Ensino Superior. O que se objetiva é a formação de um sujeito

[...] capaz de estabelecer conexões entre o conteúdo escolar e os fundamentos científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna, por meio de uma organização escolar que possibilite o encontro de professores – um espaço para o planejamento coletivo, que levanta problematizações e organiza o saber escolar para responder questões presentes nos projetos de vida dos jovens que frequentam o Ensino Médio. (AZEVEDO; REIS, 2013, p.17).

O mundo do trabalho precisa de um novo sujeito, já que as exigências desse mercado estão em constantes mudanças.

Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, onde progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. (VORONOFF, 2005, p. 14).

Nesse sentido o Ensino Médio Politécnico busca preparar os jovens para estas mudanças, confrontando-se com o pensamento de Santos (2013), em que o

Ensino Médio passa a ser o momento de aliar a teoria apreendida à prática do cotidiano de modo a proporcionar aos educandos maior engajamento com a sociedade da qual fazem parte e com o mundo do trabalho.

Através do relato de alguns alunos foi possível perceber que a escola preocupa-se com o real aprendizado de seu aluno, de forma que as orientações dos Seminários Integrados são frequentes e os professores acessíveis aos alunos, perfazendo uma gestão educacional na instituição.

Quando questionada sobre as maiores dificuldades encontradas pela coordenação pedagógica em relação ao ensino politécnico foi relatado a não preparação do corpo docente para trabalhar com a nova proposta, também o grande número de períodos destinados para o Seminário Integrado, citação esta que também foi relatada na fala do aluno B, “acho que a quantidade de períodos destinados ao Seminário Integrado são prejudiciais por tirarem períodos de matérias que realmente caem no vestibular”, a impossibilidade de horário dos professores para participarem das reuniões de área, a falta de planejamento em conjunto, espaço físico adequado para as reuniões com os professores e para os alunos realizarem suas pesquisas, bibliotecas desatualizadas, como também afirmou a aluna C “a escola fornece livros (nem sempre atualizados)”, laboratórios de informática sucateados, além da problemática relacionada a nova avaliação por conceitos e pareceres.

Concluindo a entrevista com a coordenação pedagógica, a mesma relatou que os Seminários Integrados, apesar das dificuldades encontradas, contribuem de forma satisfatória com a aprendizagem dos alunos. Os alunos trabalham com a pesquisa, buscam o conhecimento com mais autonomia e foi possível perceber um planejamento em conjunto pelos professores, manifestando uma linha de trabalho única, com atividades mais interessantes e desafiadoras, resultando em um trabalho de qualidade, aprimorando a prática desenvolvida na instituição de ensino.

Em relação aos 18 professores atuantes na escola no ensino politécnico, todos foram acessíveis em relação à participação e colaboração na realização da entrevista para a pesquisa.

A primeira pergunta abordou como ocorreu a implantação do ensino politécnico na escola, sendo relatado pela maioria dos pesquisados que houve muita

resistência por parte da comunidade escolar, principalmente relacionado à diminuição da carga horária em algumas disciplinas, podendo vir a afetar os processos seletivos futuros dos educandos. Além disso, alguns professores, além da coordenadora pedagógica, relataram que tal metodologia foi imposta a escola, sem adaptações e discussões a respeito, deixando os profissionais confusos e assustados com as mudanças, logo não houve uma gestão democrática governamental para a implantação do Ensino Médio Politécnico. Tais afirmações foram ao encontro das pesquisas de Araújo (2014), afirmando que a redução de carga horária não parece ter sido implantada de maneira democrática na comunidade escolar. Apenas um professor relatou que a Coordenadoria de Educação foi até a escola esclarecer como seria este sistema, no entanto houve contrariedades com a novidade apresentada. Neste sentido, diversas dificuldades foram apresentadas pelos profissionais, tais como desenvolver o interesse por parte dos alunos, onde segundo Santomé (1998), o processo educacional precisa apoiar-se nos interesses dos alunos, mas também deve gerar novos interesses. Além disso, compreender a metodologia, os objetivos desta modalidade de ensino e a adequação da carga horária do professor também foram citados como dificuldades pelos professores. As observações de Hypolito (2011) referentes a precarização do trabalho docente estão em acordo com o observado nesta pesquisa, fatos estes citados pelos profissionais como obstáculos ao desenvolvimento de um ensino médio de qualidade e globalizado.

A avaliação por área e conceito foi a principal dificuldade constatada, a qual muitas vezes acaba beneficiando os alunos que não realizam as atividades propostas. Conforme citou o professor A, “os conceitos de avaliação são muito genéricos, desmotivando parte dos alunos na busca por um maior aprendizado, o aluno passou a se contentar com pouco”. Tais afirmações também aparecem nas pesquisas de Griebler et al (2015), onde os docentes relataram inconformidade com o método de avaliação, colocando os alunos num mesmo conceito, mesmo havendo diferença nos níveis de aprendizagem, para eles a avaliação ainda não foi incorporada como emancipatória, ela tem muito o que mudar para ser a avaliação emancipatória conforme a proposta pedagógica.

Segundo o documento da proposta pedagógica para o Ensino Médio Politécnico a avaliação deve ser emancipatória, onde os professores assumam o

compromisso de inserir tais alterações nas práticas avaliativas. Porém, na presente pesquisa, a avaliação apresentou-se como contínua, considerando o envolvimento e a participação dos alunos em todas as etapas da pesquisa, desde a busca pelas informações até a apresentação dos resultados para as demais turmas do ensino politécnico, sendo esta em data pré-agendada pelo professor responsável pela disciplina de Seminário Integrado, consolidando assim uma aprendizagem que somente é efetiva quando o sujeito tem espaço para dialogar e interagir (ARAÚJO, 2014).

Em relação ao Seminário Integrado, a seleção dos temas foram realizados pelos próprios alunos, conforme seus interesses e expectativas, buscando contemplar temas atuais e relevantes para a pesquisa. Vale ressaltar que a escolha deles foi supervisionada e orientada pelos professores, como ressaltou a professora B “do contrário os alunos decidem o que querem e acaba virando uma grande feira de ciência com cópia e cola do google”. Além disso, a coordenadora pedagógica, quando questionada sobre tal fato, enfatizou que oportunizar aos alunos o poder de escolha dos temas para a pesquisa permite a eles o desenvolvimento da autonomia e inclusão no processo educativo, conforme Kuenzer (2010).

Em relação ao trabalho com os discentes, a organização dos grupos do Seminário Integrado foi realizada pelos próprios alunos, considerando a afinidade quanto aos colegas. As orientações foram realizadas por professores, conforme a temática da pesquisa, em períodos semanais do turno oposto onde o professor orientava e estabelecia metas e prazos para o desenvolvimento da pesquisa, conforme citou o aluno D “temos um semestre para planejar, executar e apresentar o trabalho com aulas em turno oposto, com períodos presenciais e a distância para que façamos nossa pesquisa”. Tais orientações estavam em consonância com as ideias de Moreira (2011), onde as palavras de ordem são o ensino centrado no aluno, aprendizagem significativa e construtivismo. A politecnia assume uma perspectiva problematizadora centrada no processo dialético, ou seja, a ideia de problematizar o conhecimento a partir do desvelamento de seu caráter arbitrário e ideológico, por exemplo, a fim de contribuir para a libertação humana.

De acordo com Cardoso (1990), para Marx, o conhecimento é um todo estruturado em suas múltiplas determinações, contraditório e possuidor de uma ordem que não está dada, não é aparente, além de ser histórica e ideológica. Trata-

se, como afirma Kosik (1976), de uma totalidade concreta na qual cada fato pode ser racionalmente compreendido. O conhecimento dos fatos é o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real. A construção de uma totalidade concreta implica obter-se uma visão de conjunto, sempre provisória, a partir de um processo de síntese de partes que apenas assim adquirem sentido. A totalidade é sempre mais do que a soma das partes, pois inclui as contradições entre as partes e seus processos de mediação. No contexto do ensino médio essa perspectiva sinaliza para a formação de sujeitos críticos, autônomos, criativos, que se assumem como sujeitos da história.

Atualmente os professores visualizam uma maior organização dos Seminários Integrados, vendo-o como uma alternativa para o aluno aprender a pesquisar e não apenas como mais uma disciplina, colocando o aluno mais próximo do mundo de trabalho. Conforme Rocha Filho, Basso e Borges (2009), a educação, especialmente na interdisciplinaridade, encontra um de seus principais papéis, e se realiza no trabalho cooperativo de professores com diferentes disciplinas que decidem integrar suas ações educativas. Maia e Tomazzeti (2014) também consideram a interdisciplinaridade um meio eficaz para a produção de conhecimento e consequente transformação do ensino. No entanto, apenas uma professora afirma que ocorre a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, o envolvimento completo e o interesse por parte dos alunos, promovendo a formação de profissionais para o mercado de trabalho, logo, a grande maioria dos professores percebem grandes dificuldades para a prática da interdisciplinaridade.

Saviani (2003) aponta que a formação do homem está centrada no trabalho. Porém, a maioria dos professores afirmou categoricamente que os Seminários Integrados não preparam os alunos para a inserção no mercado de trabalho, que não há envolvimento de outras disciplinas nas pesquisas, visto que existem temáticas pré-estabelecidas e, além disso, o interesse, envolvimento e disposição dos alunos continuou o mesmo, baixo. Tais afirmações entraram em contradição com as afirmações de Almeida (2013), que acredita ser o ensino politécnico transformador da realidade, compreendendo o mercado de trabalho e as relações sociais.

Em relação à colaboração dos Seminários Integrados para o trabalho do professor em sala de aula, nem todos os professores concordaram que este

contribui para suas aulas, como afirmou a professora C da área de matemática. No entanto, a professora D, também da mesma área, afirmou que os Seminários colaboram a partir do momento em que os alunos interagem nas aulas trazendo exemplos cotidianos, facilitando a compreensão do conteúdo. Para a maioria dos profissionais, o Seminário Integrado foi visto como uma alternativa para despertar no aluno o interesse pela pesquisa, o colocando em contato com temas atuais e polêmicos, desenvolvendo a capacidade de análise, criticidade e argumentação, colaborando para a transformação social, pois o conhecimento se desenvolve de maneira integrada.

Além da coordenação pedagógica e dos professores, também foram aplicadas entrevistas a 12 alunos de cada turma do ensino politécnico, sendo elas 1ºC, 1ºD, 2ºB, 2ºC, 3ºB e 3º C.

A primeira pergunta abordou como se desenvolvia o trabalho nos Seminários Integrados. Os temas para a pesquisa foram escolhidos livremente pelo grupo de alunos, sendo orientados pelos professores a buscarem temas atuais e relevantes para a sociedade.

Para o planejamento da pesquisa os alunos possuíam um semestre, contando com a parte teórica e prática da mesma. Dentre os recursos utilizados citaram-se consultas bibliográficas a livros, revistas, dicionários, internet e jornais. Desenvolveram-se também entrevistas com profissionais da área da temática escolhida para pesquisa, além da participação dos alunos de outras turmas nos trabalhos de pesquisas e da comunidade, como cita o aluno E “o mais utilizado pelos jovens hoje em dia é a internet para nossa pesquisa, algumas vezes também fizemos questionários para obtermos informações sobre o que a população pensa sobre o assunto de nossa pesquisa”, indo ao encontro do pensamento de Demo (2011), que afirma ser um dos passos importantes da pesquisa a procura de material, este é um início instigador e também apresenta outro viés, estimulando a iniciativa do aluno. A orientação aos alunos foi realizada através de aulas semanais onde os professores sanavam as dúvidas, principalmente relacionadas à fundamentação teórica, conclusão, apresentação e formatação dos trabalhos.

Os alunos relataram que a realização e apresentação das pesquisas foram desenvolvidas através de apresentação dos grupos, utilizando cartazes ou slides, no salão de atos da escola, sendo um dia pré-estabelecido do semestre. Existe a

presença de alunos da própria turma do ensino politécnico, bem como de outros alunos das demais turmas. Além disso, a avaliação era feita por uma “comissão julgadora de professores”, como afirmou o aluno F.

Para a maioria dos discentes, os Seminários Integrados auxiliaram na formação profissional, principalmente voltado para o ingresso na universidade, afirmando que as pesquisas permitiram um conhecimento mais aprofundado em como realizar e formatar um trabalho acadêmico. As apresentações dos Seminários aprimoraram a desenvoltura do aluno em contato com o público, melhorando o seu comportamento. A maioria dos alunos afirmou ainda que as pesquisas incentivam a autonomia, cooperação, dedicação e responsabilidade no desenvolvimento de projetos, estando em consonância desta forma com o objetivo geral dos Seminários Integrados que são o desenvolvimento crítico investigativo do discente. Viamonte (2011) defende que o estudante deixa de ser um mero receptor de conceitos e saberes transmitidos pelo professor, ele passa a construir e reconstruir conhecimentos, conforme suas próprias percepções.

No entanto, alguns alunos das turmas do primeiro ano afirmaram que o Seminário Integrado não complementou seu aprendizado, considerando que o tempo utilizado para a pesquisa poderia ser dedicado para outras disciplinas. Relataram ainda que o conteúdo pesquisado é apenas transmitido através da cópia de informações, não havendo uma criação de ideias novas. A aluna G comentou a importância de iniciar a pesquisa com o Seminário Integrado no primeiro ano do Ensino Médio Politécnico, principalmente na parte teórica de como exatamente o trabalho deve ser realizado, permitindo ao aluno um melhor preparo para colocar em prática a pesquisa. Tal fato é contemplado pela colocação da coordenadora pedagógica que afirmou uma reestruturação curricular da carga horária semanal dos Seminários Integrados. O aluno H comentou que boa parte dos colegas não “levam a sério” o tempo dedicado ao seminário e poucos acabavam realmente aprendendo, indo ao encontro com as colocações de Esperança (2010), onde uma primeira percepção é a de que os alunos chegam às nossas escolas sem entender direito no que as aprendizagens podem influenciar para uma vida melhor.

A partir destas reflexões inferiu-se que a implantação do Ensino Médio Politécnico na instituição de ensino sofreu inúmeras dificuldades, sendo complicada pelos gestores da escola, os quais enfrentaram, e ainda enfrentam muitas

dificuldades (tais como a interdisciplinaridade e a metodologia de avaliação) para possibilitar aos alunos a melhor forma de aprendizagem. Porém, o Seminário Integrado permite aos discentes o desenvolvimento de sua autonomia, bem como a criatividade, reflexão e expressão oral. Além disso, a metodologia do Ensino Médio Politécnico abrangeu a gestão democrática na instituição de ensino, pois englobou a maior parte dos setores fundamentais para o bom desenvolvimento da escola: coordenação pedagógica, professores e alunos, que em conjunto, estão aprimorando seus conceitos frente a este ensino recente que foi implantado na escola, ampliando assim o conhecimento para todos os envolvidos neste processo.

Sobre esse ponto, concluiu-se que a questão problemática sinalizada acima pelos sujeitos da pesquisa não está no sentido da proposta em si, mas nas condições de sua implantação que esbarram em sérias limitações, tanto na resistência e inércia de alguns profissionais da área que se fecham ao novo, como afirma Japiassu (1995), tudo o que é novo incomoda, porque questiona o já adquirido, o já instituído, o já fixado e o já aceito, quanto em relação às condições físicas das escolas públicas que na maioria se encontram em péssimas condições.

Há que se reconhecer, sobretudo, que há limites a tantas propostas inovadoras. Limites de condições materiais físicas das escolas, de condições de trabalho, de salários, de número de alunos-sala, de horas de trabalho docente. Limites de material pedagógico e de disponibilidade de tempo docente para sua renovação. (DAYRELL, CARRANO; LINHARES, 2014, p. 58).

Por fim, lembrando as palavras de Dewey, “a educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. Assim, considerando todas as transformações e mudanças que tem ocorrido na atual sociedade em que vivemos, as modificações devem partir do seio da instituição escolar, pois é dentro da escola que estão inseridos os principais agentes transformadores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a pesquisa através da análise e interpretação de como os gestores da escola e seus professores estão se adequando a proposta do ensino politécnico, além do modo como os estudantes o percebem, destacou-se alguns pontos em comum e algumas divergências entre os sujeitos pesquisados.

Em relação a coordenação pedagógica e os professores, ambos concordaram que não houve capacitação para se trabalhar na escola com a modalidade do Ensino Médio Politécnico, que este foi imposto a instituição, a qual precisou adequar-se as novas atividades, onde, conseqüentemente apareceram novos problemas, como o tempo e a carga horária escassa dos profissionais educadores para os encontros de área, o que facilitaria a interdisciplinaridade entre as disciplinas. Além disso, o método avaliativo também foi citado por ambas as partes como grande dificuldade de prática, fato este reflexo dos poucos encontros realizados entre os professores para dialogar sobre o assunto.

A maior discrepância observada na pesquisa foi em relação a interdisciplinaridade, onde a coordenação pedagógica afirmou que ela é executada e os docentes afirmaram que raramente isso acontece. Além disso, alunos e professores concordaram quando relataram que o Ensino Médio Politécnico não prepara o discente para o mercado de trabalho, opinião está que não convergeu com a visão da coordenação pedagógica, que visualizou tal modalidade de ensino como alternativa para ampliar a qualificação do aluno para o ingresso no mercado de trabalho. Sobre esse ponto divergente é pertinente interrogar: o não preparo para o mercado de trabalho, sinalizado pelos alunos, se dá em função que a proposta do ensino politécnico não visa a esse objetivo ou a questão se localiza na forma como está sendo trabalhada essa proposta. Do que foi estudado sobre essa proposta, é possível inferir que a proposta do ensino politécnico não ficou clara na instituição, com isso, pode-se concluir que conteúdo e forma devem caminhar numa perspectiva de formação crítica e coerente com o enfoque principal do Ensino Médio Politécnico, a qual poderá ser realizada através da gestão democrática no ensino, onde através

de discussões as dúvidas poderão ser esclarecidas, permitindo um melhor desenvolvimento do ensino aprendizagem.

Coordenação pedagógica e discentes concordaram em relação a carga horária demasiada dos seminários integrados, as quais estão sendo readequadas em prol da melhoria da aprendizagem, além disso, ambas as partes relataram a estrutura precária da escola, a qual não facilita a pesquisa no Ensino Médio Politécnico pois sua biblioteca possui um acervo desatualizado e o laboratório de informática encontra-se sucateado.

No entanto, percebeu-se que a maioria dos gestores busca adequar-se a esta nova modalidade de ensino, procurando desenvolver melhores metodologias de ensino, as quais estejam voltadas para o desenvolvimento completo e autônomo do seu aluno, indo ao objetivo principal do Ensino Médio Politécnico, o qual é formar alunos críticos, reflexivos e independentes, os quais consigam sobreviver em um mundo globalizado e de grandes concorrências no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES – MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Revista Cadernos e Pesquisa**, v. 36, n.129, set./dez. 2006.

ARAÚJO, C. *et al.* Estudo de Caso. **Métodos de Investigação em Educação**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em <http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2015.

AZEVEDO, J. C.; REIS, J.T. **Reestruturação do ensino médio**: pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo: Fundação Santillana. 2013.

BELUZO, M. & TONIOSSO, J. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015. Disponível em <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf>> Acesso em jan 2016.

CARDOSO, M. L. **Para uma leitura do método em Karl Marx – anotações sobre a “Introdução de 1857”**. **Cadernos do ICHF**. Niterói, ICHF / UFF, nº 30, set. 1990.

DAYRELL, J; CARRANO, P; MAIA, C. (Org.). **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DE ALMEIDA, C. O ensino politécnico no ensino médio: algumas contribuições. **Salão do Conhecimento**, v. 1, n. 01, 2013.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 9ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

ESPERANÇA, A. C. S. O que buscamos na escola? In: **Ensino Médio: docência, identidade e autoria.** (org.) Ainda Maria Piva Rossi et al. São Leopoldo: Oikos, 2010.

FERREIRA, N. S. C.. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Educação e sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, 2004.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, **Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos.** Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GADOTTI, M. Dimensão política do projeto pedagógico da escola. **Revista ABC Educativa.** São, 2000. Disponível em: <http://demandanet.com/portal/arquivos/regimentos_escolares/2010_sugestao_eugenio_dimensao_politica_do_projeto_ped_escola.pdf> Acesso em set 2015.

GRIEBLER, A. N. F. *et al.* Título I reflexões sobre o ensino médio politécnico-diálogo entre professores de educação física e estagiários do curso de educação física da UNIJUI. **Salão do Conhecimento**, v. 1, n. 1, 2015.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação (Rio Claro. Online)**, v. 21, p. 1-18, 2011.

IUNES, N. & LEITE, M. C. A gestão democrática recontextualizada na escola em experiências de democracia participativa. **Cadernos de Educação**, n. 38, 2012.

JAPIASSU, H. Prefácio. In: FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** 2 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

KRAWCZYK, N. A gestão escolar: um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 67, p. 112-149, 1999.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LDB 9394/96. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 2857, jan./jun. 2011.

LERCHE, S. V. **Novos paradigmas da gestão escolar**. 1990. Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=5939>> Acesso em out 2014.

LIBÂNEO, J. C. Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil. **Revista Española de Educación Comparada**, 2007.

LÜCK, H. A dimensão participativa da gestão escolar. **Gestão em rede**, v. 9, 1998.

MAIA, A. & TOMAZETTI, E. O Ensino Médio Politécnico no RS, Seminário Integrado, Interdisciplinaridade: Desafios Lançados. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa**: um conceito subjacente. Aprendizagem Significativa em Revista/Meaningful Learning Review – V1(3), p. 25-46, 2011.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Educação. **Proposta pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e educação profissional integrada ao Ensino Médio - 2011-2014**. Porto Alegre: SEDUC/RS, 2011.

ROCHA FILHO, J.B.; BASSO, N.R.S.; BORGES, R.M.R. **Transdisciplinaridade**: a natureza íntima da educação científica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

Rybczynski, E. **Mobral, o ensino da ditadura**. 2014. Disponível em <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/9064/Mobral%252C%2Bo%2Bensino%2Bda%2Bditadura>> Acesso em jan 2016.

SANTOMÉ, J.T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Tradução Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. A importância da gestão democrática frente à implementação do ensino médio politécnico nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul. **Monografia para especialização em gestão educacional**. 2013.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, educação e saúde**. v.1,n.1 p.131-152, 2003.

VEIGA, I. P. A. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papyrus, 2002.

VIAMONTE, P. F. V. S. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Revista Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 1, 2012.

VORONOFF, A. A formação do professor de história e legislação brasileira. **Monografia para especialização “Latu Sensu” em docência do ensino superior**. 2005.

WERMELINGER, M; et al. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]**. Rio de Janeiro. 2007.

ANEXOS

ANEXO A – ENTREVISTA AO COORDENADOR PEDAGÓGICO

- 1) Em relação ao número de alunos matriculados no Ensino Médio Politécnico, todos os alunos participam dos seminários integrados? Como é realizado o incentivo aos alunos e professores para esta participação?
- 2) Qual a carga horária semanal dos Seminários Integrados?
- 3) Os gestores e professores da escola foram capacitados para trabalhar com o Ensino Médio Politécnico? Como ocorreu essa capacitação e como vem sendo assessorada?
- 4) O que foi preciso mobilizar/ajustar na escola para implementar os Seminários Integrados, tais como redução de períodos, etc.?
- 5) Até o momento quais foram as dificuldades encontradas pela coordenação em relação ao Ensino Politécnico?
- 6) Na sua opinião, em que sentido os Seminários Integrados estão colaborando para aprimorar o trabalho realizado na escola?

ANEXO B – ENTREVISTA AOS DOCENTES

- 1) Como foi a implantação do Ensino Politécnico na escola?
- 2) Qual a principal dificuldade enfrentada pelo professor em relação ao Ensino Politécnico?
- 3) Como ocorre a seleção dos temas para pesquisa no Seminário Integrado?
- 4) Em relação ao trabalho com os alunos: como é realizada a organização dos grupos nos Seminários? Há critérios para essa organização? Como ocorre as orientações aos alunos? E a avaliação?
- 5) Como você vê os Seminários Integrados atualmente? E como via no início da implantação? Acontece a interdisciplinaridade nas pesquisas, a formação dos alunos para o mercado de trabalho?
- 6) Na sua opinião, em que sentido os Seminários Integrados estão colaborando para o seu trabalho em sala de aula?

ANEXO C – ENTREVISTA AOS DISCENTES

- 1) Como ocorre o trabalho dos Seminários Integrados em relação:
 - a) a escolha dos temas;
 - b) ao planejamento das atividades (como e quanto tempo planejam);
 - c) quais recursos são utilizados;
 - d) as orientações recebidas;
- 2) Como e onde é realizada a apresentação da pesquisa?
- 3) Na sua opinião, os Seminários Integrados auxiliam na formação profissional?
Como?